

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.820 - PR (2019/0100302-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CONSTRUTORA RVA LTDA
AGRAVANTE : ABDON IMOVEIS LTDA
AGRAVANTE : 2F IMOVEIS E NEGOCIOS LTDA
ADVOGADOS : ADRIANO TOPA - PR032798
ROSA AKEMI MASSUKE DIAS - PR015234
AGRAVANTE : MARCOS DOS SANTOS PRADO
AGRAVANTE : VALERIA SILVA PRADO
ADVOGADOS : ALESSANDRO OTÁVIO YOKOHAMA - PR022273
SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA - PR029814
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. SÚMULAS 7 e 83 DO STJ. 2. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE MARCOS DOS SANTOS PRADO E VALÉRIA SILVA PRADO.

DECISÃO

Na origem, Marcos dos Santos Prado e Valéria Silva Prado ajuizaram ação revisional de contrato c/c reparação de danos e obrigação de fazer contra Construtora RVA Ltda. e outras. Asseveraram terem adquirido o imóvel descrito na inicial e, no decorrer da construção, verificaram que suas especificações não condiziam com as fotos, imagens, ilustrações, promessas e com o contrato celebrado. Pleitearam o conserto dos vícios de construção, aumento da casa construída e indenização por danos morais.

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido inicial para condenar, solidariamente, a parte ré a consertar os vícios apontados no laudo pericial e ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor. Em razão da sucumbência recíproca, condenou as partes ao

pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, na seguinte proporção: 70% às rés e 30% aos autores. Deverá ser observado o disposto no art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015 na hipótese de beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Interposta apelação, a Terceira Vara Cível da Comarca de Umuarama, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso de Construtora RVA Ltda. e outras e negou provimento ao recurso de Marcos dos Santos Prado e Valéria Silva Prado nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 868-869):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO DE DANOS E OBRIGAÇÃO DE FAZER – SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE – PRELIMINARES – AGRAVO RETIDO – ILEGITIMIDADE PASSIVA DAS IMOBILIÁRIAS – INOCORRÊNCIA – PESSOAS JURÍDICAS QUE INTEGRAM A CADEIA DE FORNECEDORAS – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CONSTRUTORA E DAS IMOBILIÁRIAS – INÉPCIA DA INICIAL – NÃO VERIFICADA – DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS FATOS – POSSIBILITADO O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO – SUSTENTADA A IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DOS PEDIDOS APÓS A CITAÇÃO DAS RÉS – INOCORRÊNCIA – EMENDA A EXORDIAL QUE NÃO ALTEROU OS PEDIDOS E A CAUSA DE PEDIR – ARGUIÇÃO DE DECADÊNCIA DO DIREITO DOS CONSUMIDORES EM RECLAMAR PELOS VÍCIOS DO IMÓVEL – NÃO CONFIGURADA – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA À EMPRESA EM MENOS DE TRINTA DIAS QUE OBSTOU A INCIDÊNCIA DO INSTITUTO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 26, INCISO II E § 2º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DEFERIDA EM FAVOR DO CONSUMIDOR (CDC, ART. 6º, VIII) – REQUISITOS PREENCHIDOS – MÉRITO RECURSAL – AUTORES PLEITEIAM A MAJORAÇÃO DO DANO MORAL EM CONTRAPARTIDA OS RÉUS PLEITEIAM SEU AFASTAMENTO, OU SUBSIDIARIAMENTE, SUA REDUÇÃO – DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS – SITUAÇÃO QUE NÃO ULTRAPASSOU O MERO DISSABOR COTIDIANO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO QUANTO AOS DANOS SUPOSTOS – AGRAVO RETIDO NÃO PROVIDO, RECURSO DE APELAÇÃO 01 NÃO PROVIDO, E RECURSO DE APELAÇÃO, 02 PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, Marcos dos Santos Prado e Valéria Silva

Prado alegaram dissídio jurisprudencial quanto à exclusão da indenização por danos morais, porquanto a situação fática não teria ultrapassado mero dissabor cotidiano. Pleitearam o reconhecimento do dano moral suportado e a condenação dos recorridos ao pagamento de indenização no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada um.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 938-942).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas n. 7 do STJ e 284 do STF.

Irresignados, os recorrentes interpõem agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 1.020-1.024 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal estadual afastou a condenação fixada pela sentença deixando assente que o simples inadimplemento contratual não é capaz de gerar dano moral indenizável.

A decisão foi assim fundamentada (e-STJ, fls. 882-887):

Para a fixação do referido instituto é necessária a demonstração de que a situação ultrapassou o mero aborrecimento cotidiano.

(...)

Inobstante a existência de transtornos decorrentes da má prestação de serviço realizado pela construtora ré – os quais a r. sentença já determinou que sejam consertados nos termos do laudo pericial – não é possível aferir quais foram os danos efetivamente suportados pelos requerentes que ensejariam a fixação de indenização, portanto o ocorrido não passa de um mero dissabor cotidiano.

Destaca-se que a expectativa frustrada pelos problemas encontrados na residência, causou aborrecimento e indignação aos autores – o que não se pretende desprezar – no entanto tais vícios sequer impediram a

utilização do bem em questão.

Segundo consta na r. sentença os problemas advindos da construção do imóvel seriam:

“a) a rampa da garagem é muito alta e impede a ampliação da residência; b) não há gerador de energia no condomínio; c) a pintura do imóvel é de péssima qualidade; d) não há tampas no local do ar-condicionado; e) as calçadas estão rachadas; f) os portões do condomínio quebram constantemente; g) o playground não foi entregue.”

O juízo a quo afastou a questão do gerador, dos portões e do playground, sem qualquer reinvidicação pelos autores a respeito do tema.

Restando, portanto, apenas os vícios quanto aos demais itens, que conforme dito alhures, serão solucionados pela construtora.

Assim sendo, tais vícios não representam ofensa capaz de produzir o dano moral.

(...)

O julgador ao fixar a referida verba deve considerar o caso concreto, nesse sentido os vícios encontrados na construção do imóvel dos autores não geraram uma situação que ultrapassa a esfera do razoável, a única questão trazida à tona como abalo moral – utilizada na sentença como fundamento para a fixação da verba – diz respeito ao adiamento do casamento. Entretanto, na exordial os autores informaram que o casamento teria sido realizado só que tiveram que adiar a mudança para a nova casa.

(...)

Há contradição nas versões apresentadas, e assim sendo, não é possível concluir de forma cristalina quais foram os abalos que levariam a aplicação do instituto, ora em comento.

Diante da ausência de mais elementos que corroborassem que, de fato, os autores experimentaram uma situação extrapolativa, não é possível manter a decisão que fixou os danos morais.

(...)

Portanto, não restou configurado o dano moral, devendo ser provido o recurso das rés para afastar a incidência de tal verba, em contrapartida nega-se provimento ao recurso dos autores.

Por fim, tendo em vista o parcial provimento do apelo das rés e o não provimento da apelação dos autores, deve ser redistribuído o ônus da sucumbência em caráter equitativo, 50% (cinquenta por cento) para cada parte, mantendo os honorários tal como fixado na r. sentença, observada a gratuidade conferida aos autores (artigo 98, §3º).

Do exposto, verifica-se que a Corte estadual entendeu que o mero descumprimento contratual não ensejaria danos morais, bem como não haveria provas de vícios capazes de gerar alguma lesão extrapatrimonial.

Assim, a modificação das premissas firmadas na origem, de modo a acolher a irresignação recursal, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos

autos, procedimento inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Sobre o tema, é certo que o entendimento acima sufragado, no sentido de que o simples inadimplemento contratual não gera, por si só, danos morais, não diverge da jurisprudência desta Corte Superior sobre o tema.

No mais, a análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Além disso, faz-se necessário consignar que os recorrentes não apontaram nenhum dispositivo tido por violado a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência sobre a matéria, cuja providência é obrigatória para os reclamos interpostos pela alínea c do permissivo constitucional. Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial de Marcos dos Santos Prado e Valéria Silva Prado.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte agravada para 1% sobre o valor da condenação, conforme parâmetros fixados no acórdão, observada a gratuidade de justiça.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator